



DIVULGAÇÃO DE  
**RESULTADOS**  
**2022**

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2022 e 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 24 de março de 2023. À Diretoria.

## Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço Patrimonial

**ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	3.744	535
Concessionárias e permissionárias	6	1.486	1.325
Tributos a recuperar	7	453	529
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	10.442	10.669
Outros créditos		80	-
<b>Total do circulante</b>		<b>16.205</b>	<b>13.058</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	77.168	69.095
Outros créditos		56	-
		<b>77.224</b>	<b>69.095</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>4</b>	<b>-</b>
<b>Total do não circulante</b>		<b>77.228</b>	<b>69.095</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>93.433</b>	<b>82.153</b>
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>Passivo</b>			
<b>Cirulante</b>			
Fornecedores	11	618	57
Salários e encargos a pagar		-	2
Impostos e contribuições sociais	12	577	1.143
Encargos setoriais		63	60
Outras contas a pagar		32	-
<b>Total do circulante</b>		<b>1.290</b>	<b>1.262</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições sociais	12	253	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	2.774	2.774
Outras contas a pagar		34	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.061</b>	<b>2.774</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>			
Capital social	13.1	38.500	31.000
Reserva de lucros		50.582	47.117
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>89.082</b>	<b>78.117</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>93.433</b>	<b>82.153</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		2.859	1.892
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		15.765	10.359
<b>Receita operacional líquida</b>	14	<b>18.624</b>	<b>12.251</b>
Custo do operação	15	(2.008)	(1.570)
<b>Lucro bruto</b>		<b>16.616</b>	<b>10.681</b>
Despesas gerais e administrativas	15	(247)	(523)
Outras receitas/despesas		-	140
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>16.369</b>	<b>10.298</b>
Receitas financeiras	16	170	15
Despesas financeiras	16	(122)	(310)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>48</b>	<b>(295)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>16.417</b>	<b>10.003</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(241)	(301)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(211)	(80)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>15.965</b>	<b>9.622</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	17	<b>0,52</b>	<b>0,31</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstração de Resultado Abrangente

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício	17	15.965	9.622
<b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>15.965</b>	<b>9.622</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>25.000</b>	<b>1.292</b>	<b>42.769</b>	-	<b>6.000</b>	<b>75.061</b>
Aumento de capital com AFAC	6.000	-	-	-	(6.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.622	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	481	-	(481)	-	-
Dividendos	13.5	-	-	(6.566)	-	(6.566)
Retenção de lucros	-	-	2.575	(2.575)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>31.000</b>	<b>1.773</b>	<b>45.344</b>	-	-	<b>78.117</b>
Aumento de capital conforme AGE de 20/05/2022	13.1	7.500	(7.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.965	-	15.965
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13.2	-	798	(798)	-	-
Dividendos	13.5	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Retenção de lucros	13.3	-	10.167	(10.167)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>38.500</b>	<b>2.571</b>	<b>48.011</b>	-	-	<b>89.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstração dos Fluxos de caixa

**ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup  
Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)  
'DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	2022	2021
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	13	15.965	9.622
Imposto de renda e contribuição social corrente e PIS & COFINS diferido	8	452	80
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		618	-
Remuneração do ativo de contrato	10	(16.917)	-
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição de impostos a recuperar	7	80	155
Diminuição (aumento) de Concessionárias e permissionária (Aumento) outros créditos	6	8.910	(1.901)
Diminuição despesas antecipadas		(136)	-
		-	28
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento de fornecedores	11	561	59
(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	12	(1.383)	(1.945)
Aumento de outras contas a pagar		67	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>8.048</b>	<b>6.098</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Redução em aplicações financeiras e recursos vinculados		165	-
Aplicações no imobilizado e intangível		(4)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>		<b>161</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	13.5	(5.000)	(6.567)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>(5.000)</b>	<b>(6.567)</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.209</b>	<b>(469)</b>
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	535	1.004
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	3.744	535
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.209</b>	<b>(469)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>Geração do valor adicionado</b>			
<b>Receitas</b>			
Remuneração do ativo de contrato	14	16.917	11.104
Receita de operação e manutenção	14	2.783	1.383
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura		-	509
Outras receitas		76	140
		<b>19.776</b>	<b>13.136</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Materiais, serviços de terceiros	15	(2.124)	(1.985)
Outros custos operacionais	15	(91)	(14)
		<b>(2.215)</b>	<b>(1.999)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>17.561</b>	<b>11.137</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>17.561</b>	<b>11.137</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receita financeira	16	169	15
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>17.730</b>	<b>11.152</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		33	94
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		1.452	1.126
Obrigações Intra-setoriais		158	-
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros	16	122	310
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Reserva legal	13.2	798	481
Dividendos	13.5	5.000	6.566
Retenção de lucros	14.3	10.167	2.575
		<b>17.730</b>	<b>11.152</b>
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A**  
**(nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

### 1 Contexto operacional

A Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2016 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

#### 1.1 Alteração do controlador

Em 11 de fevereiro de 2022, a Energisa S/A e sua controlada direta Energisa Transmissão de Energia S/A, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50 MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº013/2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (nova denominação social da GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.).

#### 1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o contrato de concessão nº 22/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 27 de junho de 2046, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Mato Grosso, composta pela Linha de Transmissão SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

## 3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

## 3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

### b. Instrumentos financeiros

#### *Ativos financeiros:*

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

## **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem em saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

## **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

## **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;
- d. **Ativo de contrato de concessão**- corresponde ao contrato de concessão nº 30/2018 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. No qual, as características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo contratual da sua Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 12% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

- f. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- g. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas da Companhia são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 12% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.

- h. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- i. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

#### (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

#### (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou até o momento qualquer impacto ou alterações em suas demonstrações financeiras.

## 4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 5.1 Caixa e Equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 40,0% do CDI.

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

Descrição	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	68	535
Aplicações financeiras de liquidez imediata: Operações compromissadas	3.676	-
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante <sup>(1)</sup></b>	<b>3.744</b>	<b>535</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

## 6 Concessionárias e Permissionárias

	2022	2021
Contas a receber com partes relacionadas	40	-
Contas a receber de demais clientes	1.446	1.325
<b>Total - circulante</b>	<b>1.486</b>	<b>1.325</b>

## 7 Tributos a recuperar

Descrição	2022	2021
Imposto de renda s/ aplicação financeira	377	425
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	64	92
Contribuições ao Pis e a COFINS	12	12
<b>Total - circulante</b>	<b>453</b>	<b>529</b>

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 8 Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	2.040	2.040
Contribuição social sobre o lucro líquido	734	734
<b>Total</b>	<b>2.774</b>	<b>2.774</b>
<b>Total líquido - passivo não circulante</b>	<b>2.774</b>	<b>2.774</b>

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(8.159)	(2.774)	(8.159)	(2.774)
<b>Total - Ativo (passivo) não circulante</b>	<b>(8.159)</b>	<b>(2.774)</b>	<b>(8.159)</b>	<b>(2.774)</b>

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	10.424	11.674	13.489	13.489
Receitas operacional bruta	-	-	(10.867)	(10.867)
<b>Alíquotas de presunção</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>
<b>Lucro presumido sobre a receita bruta</b>	<b>834</b>	<b>1.401</b>	<b>869</b>	<b>315</b>
Receitas da prestação de serviços	-	-	-	-
<b>Alíquota de presunção</b>	<b>32%</b>	<b>12%</b>	<b>32%</b>	<b>12%</b>
<b>Lucro presumido sobre a prestação de serviço</b>				
Receitas financeiras	344	344	-	-
<b>Total das Receitas sem presunção</b>	<b>344</b>	<b>344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Base de cálculo total	1.178	1.745	210	315
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Outros	-	-	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>295</b>	<b>157</b>	<b>52</b>	<b>28</b>

## 9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas das Energisa S/A</b>		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding
<b>Rede Energia Participações S/A</b>		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

	Sigla	Ramo de atividade
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
<b>Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:</b>		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Receita com transmissão de energia (1)	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes
ESOL (2)	(583)	-	(583)	-
ESS	-	11	-	-
EBO	-	1	-	-
ETO	-	6	-	-
EMT	-	8.219	-	40
ESE	-	5	-	-
EMS	-	14	-	-
EPB	-	12	-	-
EMR	-	2	-	-
EAC	-	1	-	-
ERO	-	6	-	-
<b>2022</b>	<b>(583)</b>	<b>8.277</b>	<b>(583)</b>	<b>40</b>

(1) Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

(2) Energisa Soluções S/A: as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

## Remuneração dos administradores

	2022
Remuneração dos membros da Diretoria	6

## 10 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	
Linhas de Transmissão	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	10% a 18%
Taxa de remuneração	8% a 12% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP anual	12.188
<b>Ativo de contrato em 2020</b>	<b>77.636</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato	11.104
Receita de operação e manutenção	1.383
Recebimento RAP	(10.359)
<b>Ativo de contrato em 2021</b>	<b>79.764</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato	16.917
Receita de operação e manutenção	1.757
Recebimento RAP	(10.828)
<b>Ativo de contrato em 2022</b>	<b>87.610</b>
Circulante	10.442
Não Circulante	77.168

## 11 Fornecedores

	2022	2021
Serviços	618	57
<b>Total - circulante</b>	<b>618</b>	<b>57</b>

## 12 Impostos e Contribuições Sociais

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	-	962
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	83	65
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	105	41
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(2)</sup>	637	68
Encargos Sociais	-	4
Imposto de renda retido na fonte	2	1
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	3	2
<b>Total</b>	<b>830</b>	<b>1.143</b>
Circulante	577	1.143
Não circulante	253	-

(1) ICMS Diferencial de alíquota-Auto de infração: A Companhia recebeu em janeiro de 2021 notificação da Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso acusando um débito de ICMS diferencial de alíquota sobre aquisições de equipamentos e materiais para construção do empreendimento. o saldo passivo representa as 3 últimas parcelas do parcelamento gerado em 10 parcelas, sendo 7 pagas no decorrer de 2021. O processo foi concluído em março de 2022, com a quitação da última parcela.

- (2) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

## 13 Patrimônio Líquido

### 13.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$38.500 (R\$31.000 em 2021), representando 31.000.000 (31.000.000 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$7.500, sendo realizado mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R\$38.500 sem emissão de novas ações.

### 13.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 13.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$48.011 (R\$45.344 em 2021). Em 2022, foram retidos R\$10.167 (R\$ 2.575 em 2021) com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

### 13.4 Limite de Reserva de Lucros

A Diretoria irá propor à AGE, a capitalização de R\$6.500 de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R\$ 45.000 sem alteração da quantidade de ações.

### 13.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.965	9.622
Reserva legal - 5%	(798)	(481)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>15.167</b>	<b>9.141</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	3.792	2.285
. Valores pagos em 2021 correspondem a R\$0,211806 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	-	6.566
. Valores pagos em 23 de dezembro de 2022 correspondem a R\$0,1298701298 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	5.000	-
<b>Total dos dividendos</b>	<b>5.000</b>	<b>6.566</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	32,96%	71,84%

<sup>(1)</sup> Os dividendos antecipados aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2022 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de outubro de 2022.

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022

## 14 Receita operacional

	2022	2021
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	-	509
Receita de operação e manutenção	1.757	1.383
Receita de remuneração do ativo de contrato	16.917	11.104
Outras receitas	1.102	-
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b>19.776</b>	<b>12.996</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS e COFINS Corrente	(376)	(397)
PIS e COFINS Diferido	(618)	(191)
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	(157)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(113)	-
Taxa de fiscalização	(45)	-
<b>Dedução da receita</b>	<b>(1.152)</b>	<b>(745)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18.624</b>	<b>12.251</b>

## 15 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2022	2021
Pessoal	-	39	39	94
Material	245	5	250	-
Serviços de terceiros	1.689	187	1.876	415
Custo de construção	-	-	-	1.570
Outras	74	16	90	14
	<b>2.008</b>	<b>247</b>	<b>2.255</b>	<b>2.093</b>

## 16 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receita de aplicação financeira	165	15
Outras receitas	5	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>170</b>	<b>15</b>
Juros e multa	-	(310)
Despesas Bancárias/IOF	(14)	-
Outras despesas	(108)	-
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(122)</b>	<b>(310)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>48</b>	<b>(295)</b>

## 17 Lucro por ação básico e diluído

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.965	9.622
Média ponderada das ações	31.000	31.000
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)</b>	<b>0,52</b>	<b>0,31</b>

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 18 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			2022
Risco Operacional	13/03/2024	80.000	70
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	1
			<b>71</b>

## 19 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalente de caixa		68	68	535	535
Concessionárias e permissionárias		1.486	1.486	1.325	1.325
		<b>1.554</b>	<b>1.554</b>	<b>1.860</b>	<b>1.860</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	3.676	3.676	-	-
		<b>3.676</b>	<b>3.676</b>	-	-

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		618	618	57	57
		<b>618</b>	<b>618</b>	<b>57</b>	<b>57</b>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

## Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro

## Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não operou com derivativos.

## Gerenciamento dos riscos de liquidez

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

## 20 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2022	2021
<b>Atividades operacionais</b>		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	19.617	11.104
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	(10.828)	-
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de Capital	7.500	6.000

## 21 Eventos subsequentes

---

### 21.1 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

---\*---

## Diretoria Executiva

---

**Gabriel Mussi Moraes**  
Diretor Presidente

**Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi**  
Diretor Transmissão

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Administrativo

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem designação específica

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Contador  
CRC-RJ 107.310/O-0